

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
Curso de Graduação em Ciências Sociais

JOICE DE CARVALHO SILVA

**Perspectivas dos feminismos latino-americanos e suas críticas ao
eurocentrismo**
(VERSÃO CORRIGIDA)

Campos dos Goytacazes

2021

JOICE DE CARVALHO SILVA

Perspectivas dos feminismos latino-americanos e suas críticas ao
eurocentrismo

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Gabriela Scotto

Campos dos Goytacazes

2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C331p Carvalho silva, Joice de
Perspectivas dos feminismos latino-americanos e suas
críticas ao eurocentrismo / Joice de Carvalho silva ; Maria
Gabriela Scotto, orientadora. Campos dos Goytacazes, 2021.
29 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Sociais)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos
Goytacazes, 2021.

1. Feminismos. 2. América Latina. 3. Eurocentrismo. 4.
Produção intelectual. I. Scotto, Maria Gabriela,
orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. III.
Titulo.

CDD -



UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESR - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COC - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE CAMPOS

Ata da Sessão de Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais do (a) discente **Joice de Carvalho Silva**, como exigência para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Sociais. Aos 23 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às 15.30h. reuniu-se, no ambiente virtual Zoom, por convocação do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, a Banca encarregada de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **Perspectivas dos feminismos latino-americanos e suas críticas ao eurocentrismo**, do (a) discente Joice de Carvalho Silva, Matrícula UFF 418068183. A Banca Examinadora foi constituída pelos (as) professores (as) Elen Cristiane Schneider, Jacqueline da Silva Deolindo, e Maria Gabriela Scotto, Orientador(a) e Presidente (a) da Banca. Dando início aos trabalhos o (a) Presidente (a) da Banca deu ciência a todos (as) das normas e procedimentos da apresentação. A seguir o (a) discente apresentou a síntese do TCC e, em seguida, foi arguido (a) pelos (as) Examinadores (as). Após as considerações finais do (a) discente, a Banca Examinadora, de forma reservada, procedeu a avaliação e julgamento do TCC. O (A) aluno (a) foi considerado (a) APROVADA, por unanimidade, pelos membros da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar, o (a) Presidente (a) da Banca Examinadora deu por encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, vai assinada pelo (a) representante da Coordenação, por todos os membros da Banca Examinadora e pelo (a) discente.

Assinado de forma digital
por MARIA GABRIELA
SCOTTO
Impressão: 2021.09.23 17:34:38 -
0000

Professor (a) Orientador (a) e Presidente (a): Maria Gabriela Scotto (UFF)

Professor (a): Elen Cristiane Schneider (UNILA)

Professor (a): Jacqueline da Silva Deolindo
(UFF)

Claudio Araujo de Souza e Silva
Coord. Curso Bach. Ciências Sociais
COC/ESR/UFF
SIAPE: 1053568

Coordenação:

Discente: Joice de Carvalho Silva

À minha mãe, Josenildes Costa de Carvalho e a rede de mulheres que ajudaram na minha criação.

AGRADECIMENTOS

A escrita exige dedicação e um certo recolhimento. Porém, fazer isso em meio a uma pandemia, ao isolamento social e envolta a diversas crises políticas e sociais foi mais desafiador do que imaginava, foi e está sendo preciso me reinventar e resistir.

Quero com isso deixar registrada a minha solidariedade a todas e todos que estão sofrendo e que perderam seus familiares, amigos ou conhecidos nesta pandemia.

Agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim, as que lutaram e que continuam lutando por uma sociedade e ciência mais plural, justa e igualitária. Exemplos de mulheres inspiradoras não me faltam.

Agradeço a minha mãe em especial, que apesar da distância física nunca deixou de apoiar e acreditar em mim.

Agradeço ao meu companheiro, Bruno dos Santos, que esteve presente neste processo, por sua sensibilidade, carinho e compartilhamento de ideias.

Às amigas e amigos que apesar do isolamento social se mostram presentes de alguma maneira.

À Professora Maria Gabriela Scotto por ter aceitado me orientar e pelas contribuições no decorrer do trabalho.

Agradeço a Élen Cristiane Schneider e Jacqueline da Silva Deolindo pelo aceite em participar da banca e contribuir com o trabalho.

Agradeço a Universidade Federal Fluminense, e as instituições de fomento à pesquisa, por terem me possibilitado uma formação de qualidade e dado condições materiais com bolsas e auxílios para permanecer estudando e produzindo.

Agradeço também aos movimentos sociais populares que estão na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo

RESUMO

O intuito deste artigo é apresentar os feminismos latino-americanos a partir de três perspectivas: a do feminismo descolonial, do feminismo comunitário e a proposta por um feminismo afro-latino-americano. Assim, pretende-se, por um lado, levantar a contribuição de autoras mulheres para o debate sobre a realidade social latino-americana e por outro suas críticas a uma visão de mundo eurocêntrica. O trabalho consistirá num artigo de revisão bibliográfica, utilizando, como principais referências, as autoras: Maria Lugones, Julieta Paredes Carvajal e Lélia Gonzalez.

Palavras-chave: Feminismos, América Latina, eurocentrismo.

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar los feminismos latinoamericanos desde tres perspectivas: el feminismo descolonial, el feminismo comunitario y la propuesta de un feminismo afrolatinoamericano. Así, se pretende, por un lado, plantear la contribución de las autoras al debate sobre la realidad social latinoamericana y, por otro, su crítica a una cosmovisión eurocéntrica. El trabajo consistirá en un artículo de revisión bibliográfica, utilizando, como principales referencias, a las autoras: María Lugones, Julieta Paredes Carvajal y Lélia González.

Palabras-clave: Feminismos, América Latina, Eurocentrismo.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1: A reivindicação dos feminismos latino-americanos: uma breve análise	12
1.1. A perspectiva do feminismo descolonial	14
1.2. A perspectiva do feminismo comunitário	18
1.3. A perspectiva do feminismo afro-latino-americano	21
Considerações Finais	25
Referências Bibliográficas	27

Introdução

O intuito deste artigo consiste em explorar perspectivas do feminismo latino-americano, para assim, evidenciar as produções científicas de mulheres que tratam sobre a importância de se debater gênero em suas diversas dimensões desde uma perspectiva local, tomando como ponto de partida uma abordagem crítica sobre a construção histórica latino-americana e sobre o eurocentrismo.

A ideia de fazer este artigo surgiu do amadurecimento de reflexões sobre algumas experiências vividas durante um programa de mobilidade acadêmica internacional em Portugal, no qual fui bolsista em 2019. Na universidade em que estava, o debate sobre a colonização foi intenso e constante, acredito que por ter uma quantidade grande de brasileiros. Pude presenciar em aulas pessoas de diversas nacionalidades defendendo este processo como uma coisa positiva para os brasileiros e literalmente dizendo que “Portugal deveria sentir orgulho de ter colonizado o Brasil”.¹ Me intrigou o fato de o professor levantar este questionamento e não fornecer uma única bibliografia sobre produções acerca deste período e muito menos produções latino-americanas. Foram muitos os debates que reforçaram uma vontade crescente de dar maior atenção às produções latino-americanas. Pois, não só durante o período da mobilidade acadêmica, mas também durante a minha formação, tive pouco acesso aos debates sobre produções latino-americanas críticas

¹ O debate aconteceu em uma aula de uma disciplina de Relações Internacionais e Ciência Política da Universidade da Beira Interior - UBI em Portugal, mas não foi a única vez que presenciei e escutei relatos parecidos. Este em específico se inicia com o questionamento do professor sobre “Se Portugal deveria sentir orgulho de ter colonizado o Brasil?”. Houve resistência, principalmente de estudantes não portugueses, mas foi também um espaço para muitos estudantes se sentirem no direito de atacar povos indígenas e “celebrar a colonização como um marco a ser glorificado”. Defendendo esse posicionamento, inclusive alguns estudantes brasileiros que legitimaram o discurso de que os portugueses haviam trazido a civilização ao ter colonizado o Brasil. Este fato evidencia na prática discursiva o quanto o colonialismo se estende como *colonialidade* na subjetividade brasileira e em diversos aspectos da vida social (Quijano, 2005). Mas não é preciso ir muito longe para perceber este tipo de manifestação, é só lembrar do caso do professor da Unesp defendendo o racismo científico em aula. Para saber mais: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/professor-da-unifesp-causa-revolta-ao-defender-racismo-cientifico-em-sala-de-aula/>> acesso em 21 de jul de 2021.

à centralidade da Europa nas produções das Ciências Sociais e Humanas² e esse processo é parte do que Aníbal Quijano (2005) define como eurocentrismo.

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. (QUIJANO, 2005, p.126.)

Neste sentido, Luciana Ballestrin (2013), no seu artigo “América Latina e o giro decolonial”, apresenta a trajetória do grupo Modernidade/colonialidade (M/C), formado a partir dos anos 1990, por intelectuais majoritariamente latino-americanos de diversas universidades das Américas. Esse grupo teve como principal objetivo a construção de um movimento epistemológico “para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina” denominado posteriormente de “Giro decolonial”.

Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. (BALLESTRIN, 2013, p. 89)

No quadro abaixo, formulado por Ballestrin (2013), é possível observar mais detalhadamente o perfil dos principais integrantes do grupo, nacionalidade e suas respectivas áreas de atuação:

² Ter ingressado no programa de pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no semestre passado - no qual tive maior contato com os debates e autores/as da América Latina, em especial com a crítica decolonial - foi essencial para que pudesse pensar e fazer este trabalho.

Quadro 1. Composição dos integrantes do grupo Colonialidade/Modernidade

integrante	área	nacionalidade	universidade onde leciona
Aníbal Quijano	sociologia	peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
Enrique Dussel	filosofia	argentina	Universidad Nacional Autónoma de México
Walter D Mignolo	semiótica	argentina	Duke University, EUA
Immanuel Wallerstein	sociologia	estadounidense	Yale University, EUA
Santiago Castro-Gómez	filosofia	colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	filosofia	porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Ramón Grosfóguel	sociologia	porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Edgardo Lander	sociologia	venezuelana	Universidad Central de Venezuela
Arthuro Escobar	antropologia	colombiana	University of North Carolina, EUA
Fernando Coronil*	antropologia	venezuelana	University of New York, EUA
Catherine Walsh	linguística	estadounidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
Boaventura Santos	direito	portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal
Zulma Palermo	semiótica	argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina

Fonte: Quadro extraído do trabalho de Ballestrin (2013).

É importante destacar que embora o grupo Modernidade/colonialidade (M/C) desempenhe um importante papel ao apresentar e construir um contraponto ao eurocentrismo e uma nova epistemologia ao sul global, seria impossível não fazer a crítica à falta expressiva de representações femininas no grupo, como demonstrado no quadro formulado por Ballestrin (2013), o que acaba por deixar lacunas e prejudicar a construção de um saber plural e enraizado na realidade social do continente. É por isso que reforço a importância de priorizar, não só neste trabalho, mas em produções futuras, referências femininas latino-americanas críticas ao domínio eurocêntrico e masculino sobre a produção do saber. O que não significa descartar completamente as contribuições de referências europeias e masculinas, mas usá-las criticamente.

O chamado “Giro decolonial”³ se torna um ponto de análise importante a partir do momento em que se propõe a romper com as epistemologias hegemônicas para se trabalhar uma perspectiva que acredito ser fundamental para valorização de uma ciência latino-americana e caribenha, que reivindica um lugar de pertencimento, e que pretendo explorar neste trabalho, priorizando as perspectivas dos feminismos latino-americanos.

Direcionei a análise para produções acadêmicas de mulheres latino-americanas, que são pouco referenciadas dentro das ciências sociais, demonstrando uma invisibilização de tais produções.⁴ É importante ressaltar que fazer uma abordagem que priorize as produções de mulheres não significa ignorar ou anular as contribuições feitas por autores homens, mas evidenciar que esse debate também precisa ser travado levando em consideração aspectos como gênero, raça e classe. Obras como: “Rumo a um feminismo descolonial” de María Lugones (2014), “Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário” de Julieta Paredes Carvajal (2018) e “Por um feminismo afro-latino-americano” de Lélia Gonzalez (2020) têm contribuições importantes nesse sentido e que pretendo explorar neste trabalho.

Assim, por um lado o objetivo é levantar a crítica a uma ciência com bases eurocêntricas e masculinizadas e por outro apresentar os feminismos latino-americanos. Realizado como artigo de revisão bibliográfica, o trabalho está estruturado em cinco pontos. No primeiro momento, é apresentada uma breve análise de alguns conceitos. No segundo, são desenvolvidas as ideias do feminismo descolonial. No terceiro, o feminismo comunitário. No quarto, o feminismo afro-latino-americano, suas críticas e reivindicações e no quinto as considerações finais, onde é realizada uma reflexão acerca dos encontros entre as perspectivas apresentadas, ao mesmo tempo em que é concluída a argumentação do trabalho. Não é objetivo esgotar e analisar sistematicamente a obra das autoras, mas apresentar o que considero ser algumas contribuições fundamentais, que dialogam entre si, para

3 Julieta Paredes Carvajal esclarece que “o termo “decolonial” é uma perspectiva acadêmica enquanto “descolonial” é a ação para a descolonização, em um processo para desestruturar a prática opressora enraizada no sistema colonial, reconstruindo os termos sob a óptica dos Povos Originários.” Para saber mais: <<https://catarinas.info/julieta-paredes-debate-a-forca-das-mulheres-indigenas-e-o-feminismo-comunitario/>> acesso em 25 de jul de 2021.

4 Maria Fernanda Oliveira (2021) vai reforçar a importância de utilizar autoras que contrapõem a lógica dominante, branca e eurocêntrica, para combater esse apagamento e validar os conhecimentos contra-hegemônicos e as produções feitas por mulheres.

pensar os feminismos desde a América Latina, construído por autoras e pensadoras latino-americanas.

1. A reivindicação dos feminismos latino-americanos: uma breve análise

Imagem 1. Maria Lugones, Julieta Paredes e Lélia Gonzalez



Fonte: Elaboração própria a partir de imagens disponíveis na internet.

Como mencionado anteriormente, dentre as perspectivas dos feminismos latino-americanos utilizarei como representante das três abordagens que proponho as autoras: María Lugones (2014) para trabalhar a perspectiva do feminismo descolonial; Julieta Paredes Carvajal (2019) para abordagem do feminismo comunitário e Lélia Gonzalez (2020) com a proposta por um feminismo afro-latino-americano.

A escolha das autoras aqui trabalhadas se deu pela relevância de suas obras ao pensar e formular perspectivas que reivindicam um ponto de partida do feminismo desde a América Latina e que são pautados nas demandas históricas de consolidação da região e em seus impactos na realidade sociocultural e política na vida das mulheres, bem como suas críticas à colonização e ao eurocentrismo.

É importante destacar dois conceitos que podem ser considerados como resistências políticas, semânticas e simbólicas, que são utilizados nas análises das autoras mais adiante.

O primeiro deles é o termo “Abya Yala”, reivindicado pelo feminismo comunitário ao se referir ao continente, colocando em evidência uma ancestralidade pré-colombina. A expressão Abya Yala significa “terra madura”, “terra viva” ou “terra em florescimento” e é utilizada para se referir ao continente, pelo povo Kuna, que são originários da Serra Nevada no norte da Colômbia e que atualmente vivem na

costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala (San Blás) (GONÇALVES, s/d). Este conceito está sendo articulado politicamente como categoria de luta pelos povos originários num sentido que resgata a ancestralidade originária do continente, ao mesmo tempo que contrapõe nomenclaturas como “América”, que como relembra Quental (2011) é uma homenagem ao comerciante e navegador italiano Américo Vespúcio, que designa esse território como parte de um “novo mundo”, diferente dos conhecidos até então por Colombo. Assim, terminologias como Tawantisuyu, Anáhuac e Abya-Yala, que designam e fazem parte do conhecimento local do continente, passam a ser invisibilizados para dar lugar a um nome que não é só de um homem estrangeiro, branco, mas que tem como objetivo um projeto político e epistêmico de dominação e opressão, como indica Lisboa (2014):

Ao inventarem estes nomes, os europeus, além de eliminar as denominações originais dos povos que aqui viviam há milênios e ocultar toda alteridade, faziam uma projeção de si próprios, representando o novo mundo como um continuum da Europa. Não há uma descoberta da América. Esta nasce ontologicamente sob o signo do encobrimento, da negação do Outro, da ocultação da miríade de outridades aqui presentes. Os povos, a fauna e a flora serão apenas um substrato a conquistar, explorar, massacrar. Ainda no século XVI, Las Casas e Montaigne denunciaram o quanto a humanidade empobreceu com este epistemicídio-genocídio. (LISBOA, 2014, p. 503)

O segundo é a categoria político-cultural de *amefricanidade*, formulado por Lélia Gonzalez em 1988 (2020), que tem como objetivo um resgate histórico centrado em “modelos africanos”, que nas palavras da autora:

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada. [...] Portanto, América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. (GONZALEZ, 2020, p.135)

Fazer essa breve explanação ajuda a contextualizar o pensamento das autoras, ao mesmo tempo que evidencia as resistências políticas, semióticas e articulações em torno de novas e antigas categorias que partem de análises desde aqueles que foram historicamente silenciados dentro de uma historiografia elitista, branca e masculinizada de dominação europeia.

1.1. A perspectiva do feminismo descolonial

María Lugones, ativista feminista, nascida em Buenos Aires, na Argentina, mudou-se para os Estados Unidos na década de 1960, local em que se tornou filósofa e doutora em Ciência Política, e posteriormente, professora na Binghamton University em Nova Iorque. Faleceu em julho de 2020, aos 76 anos, em decorrência de uma parada cardíaca. Durante a sua trajetória direcionou seus estudos para a América Latina, deixando contribuições importantes para pensar o sistema-mundo, as relações de gênero que se estabelecem com a invasão europeia nas Américas e sobre o feminismo descolonial. Em 2020 reconhecida pelas suas contribuições intelectuais, recebeu o prêmio *Frantz Fanon Prize*, da Associação Filosófica do Caribe.⁵

O conceito de “colonialidade do poder”, formulado por Aníbal Quijano (2005), classifica este como uma extensão do colonialismo, no qual se estabelece uma relação de dominação baseada na ideia de raça que, segundo o autor, expressa a “experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo”. Esse é o ponto de partida para Maria Lugones desenvolver sua análise, apontando que não tem como pensar a colonialidade sem pensar nas relações de gênero ou a “generificação dos corpos” que são construídos a partir desse processo.

Desse modo, a autora se propõe a pensar o “sistema moderno colonial de gênero” como ponto fundamental para entender a organização opressiva da modernidade colonial que se fundamenta através de uma “lógica categorial dicotômica e hierárquica”, questão que se torna base para o “pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade”. (LUGONES, 2014)

5 Para saber mais: <<https://www.geledes.org.br/referencia-do-pensamento-feminista-decolonial-ativista-e-filosofo-argentina-maria-lugones-morre-aos-76-anos/>> acesso em: 20 de jul de 2021.

Segundo a autora, é com a colonização das Américas e do Caribe que se estabelece uma relação de separação, fundamentada em uma ideia de colonizadores/humanos e colonizados/não humanos, se assemelhando com a ideia de racialização observada por Quijano (2005). Porém, Maria Lugones (2014) acrescenta em sua análise que este processo é acompanhado por outras distinções “hierárquicas dicotômicas”, como as que definem as relações entre homens e mulheres.

Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (LUGONES, 2014, p. 936)

A divisão hierárquica surge como uma imposição normativa que justificava a condição de exploração dos colonizados, os quais - tendo tirada toda sua humanidade e tratados como seres bestiais - não eram considerados humanos, logo não teriam as características para serem inseridos na sociedade e nas normas sociais. Nem seria preciso dizer que esta condição foi pretexto para os mais horríveis atos de violência. Em outras palavras, toda a diversidade humana que se diferenciava das características do colonizador, branco e burguês, era considerada não civilizada e uma “aberração a perfeição masculina”. (LUGONES, 2014)

Seguindo este pensamento, se colocava o cristianismo, que fazendo parte da missão civilizadora, estava inserido em um projeto ideológico de colonização. Na lógica civilizatória, perspectiva que a autora apresenta, os colonizados eram tratados apenas como “machos e fêmeas”

[...] os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do “homem”, o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como “mulheres”, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas

por-não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. Homens colonizados não eram compreendidos como em falta por não serem como-mulheres. O que tem sido entendido como “feminização” de “homens” colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos/as colonizados/as. (LUGONES, 2014, p. 937)

A missão civilizatória foi uma justificativa para que os colonizadores impusessem o cristianismo e a cultura europeia, que carregam de forma intrínseca uma diferença hierárquica de gênero baseada no sexo. Essa dicotomia cumpriu um papel fundamental na divisão dos colonizados e na construção de subjetividades colonizadas a partir da noção de demonização do feminino.

Como o gênero era percebido pelos colonizadores como ligado inseparavelmente ao sexo e essa noção dicotômica era fundamental no pensamento cristão, papéis de gênero foram consequentemente atribuídos aos colonizados/as (que antes eram vistos apenas como macho e fêmea, sem gênero, desumanizados), na medida em que se buscava construir nestes indivíduos uma subjetividade que os dividia, principalmente colocando nas “mulheres” um estigma negativo, garantindo a hierarquia dessa separação. A “dicotomia hierárquica de gênero” foi implantada, portanto, não como objetivo final, mas como meio para o domínio desses povos. (LUGONES, 2014)

Entretanto, é importante ressaltar que os papéis de gênero atribuídos aos colonizados não são os mesmos “homem” e “mulher” nos quais os colonizadores se reconheciam. Maria Lugones (2014) diz, inclusive, que não existem mulheres colonizadas, pois essa categoria é esvaziada através da visão do colonizador. Nesta lógica, as fêmeas colonizadas não poderiam ser consideradas mulheres por sua condição de desumanidade, o que conferiria apenas a distinção de sexo e não de gênero.

A partir destas constatações, Maria Lugones (2014), considera essa construção de opressão de gênero, racializada, heteronormativa, capitalista e colonial como “colonialidade do gênero”. Este é o conceito chave da produção da autora, pois é esta colonialidade que ela propõe combater através do feminismo descolonial.

A proposta do feminismo descolonial, surge, dessa forma, da necessidade de superação da "colonialidade do gênero", reconhecendo que estas diferenciações não se estabelecem de forma isolada, mas são produtos de um mesmo processo de classificação e diferenciação (diferença colonial) que fazem parte de um projeto de dominação e opressão que teve início na colonização e tem como ponto de partida um modelo europeu, de homem branco, que se sobrepõe de forma hierárquica a tudo que ele enxerga como diferente.

Assim, a autora coloca que a prática do feminismo descolonial deve partir do reconhecimento da diferença colonial, pois o reconhecimento dessa opressão é o que legitima o seu combate. Dessa forma, é fundamental combater seu apagamento epistêmico, para assim, ter condições de romper com uma perspectiva única e universalizante da mulher e levar em consideração a diversidade de cosmovisões que se colocam como resistência a essa lógica colonial.

O que estou propondo ao trabalhar rumo a um feminismo descolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendermos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com "mulher", o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. (LUGONES, 2014, p. 948)

Por fim, o feminismo descolonial é um movimento que se propõe a pensar a opressão de gênero como um aspecto fundamental da invasão colonial, assim como outras opressões, destinadas a um projeto político de dominação, que se estende até a atualidade, problematizando este contexto e criando uma práxis para seu rompimento.

1.2. A perspectiva do feminismo comunitário

Julieta Paredes Carvajal⁶ é originária do povo aimará, localizado no território da Bolívia. Formada em psicologia e mestra em Gênero, Sociedade e Políticas pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais da Argentina,⁷ é militante feminista, participou da organização da “comunidade Mujeres Creando Comunidad” que a partir de 2006⁸ começou a reivindicar e conceitualizar o Feminismo Comunitário como um movimento de luta, que se propõe a pensar uma prática e teoria desde uma memória ancestral das vivências de mulheres originárias, buscando a descolonização das lutas feministas no continente.

A autora, apresentando o pensamento do feminismo comunitário, vai criticar uma visão de mundo ocidentalizada, em que a Europa é referência para um pensamento universalizante de modelos sociais, estando nesse bojo a luta das mulheres que, ao ser evocada, é relacionada imediatamente com o feminismo europeu, como se este fosse o “centro mundial da luta”. (CARVAJAL, 2019)

Propõe então uma reflexão sobre a origem da palavra “feminismo” e sua relação com as lutas das mulheres do continente. O ponto de partida se estabelece no processo de invasão iniciado em 1492, no qual se impõe uma relação de dominação colonial entre a Europa e Abya Yala (América), essa relação, segundo a autora, vai dar margem para que na Europa haja um sentimento de que a luta contra o patriarcado tenha se iniciado lá e por isso “acreditam que podem ensinar ao mundo modelos de sociedade e modelos de como lutar para alcançar a sociedade desejada”. (CARVAJAL, 2019)

Reconhecendo o acúmulo político que a terminologia “feminismo” tem e que este adveio da Revolução Francesa em 1789, ou seja, com origem europeia, a

6 No decorrer da pesquisa e escrita deste artigo me deparei com denúncias de violências envolvendo Carvajal, tais denúncias foram publicadas em páginas do Facebook. Por outro lado, alguns movimentos sociais, também através das redes sociais, publicaram notas em defesa da autora. Levando em consideração a importância das críticas levantadas pelo Feminismo Comunitário a decisão foi por manter suas contribuições, sem deixar de pontuar a discussão que está em andamento. Para saber mais acesse: <<https://www.facebook.com/despatriarcalizacionya/>> e <<https://www.facebook.com/FeminismoComunitarioAbyaYala/photos/pcb.980701719057607/980700429057736>>. Acesso em: 08 de set de 2021.

7 Para saber mais: <<https://catarinas.info/julieta-paredes-debate-a-forca-das-mulheres-indigenas-e-o-feminismo-comunitario/>> acesso em 29 de jul de 2021.

8 Informação extraída de uma entrevista realizada pela revista Epistemologias do Sul, para saber mais: <<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2470/2136>> acesso em 29 de jul de 2021.

autora vai enfatizar que isso não significa que as feministas europeias inventaram ou iniciaram as reivindicações das lutas das mulheres nem o combate às opressões, tão pouco, que a Europa seja um modelo que outras sociedades querem ou devem se espelhar. Acrescentando que as mulheres originárias têm suas próprias “versões de luta”.

Nossas avós, por exemplo, e sem conhecer as feministas europeias, lutaram contra as formas de dominação que lhes tocou viver antes da colonização de 1492. Nossas avós não eram a segunda opção em relação aos homens, elas tinham comando político, militar e logístico nas lutas, como nossa avó Bartolina Sisa, nos levantes indígenas de 1871. (CARVAJAL, 2019, p. 80)

A modernidade é colocada como um paradigma social, pela Europa, como um marco temporal de “civilização”, em que não se considera a história dos povos e modos de viver que se encontravam em Abya Yala antes da colonização. Traçando um paralelo temporal no qual o ocidente - europeu e colonizador- se coloca como “precursor de uma ordem social avançada” e tudo que veio antes é “apagado e desconsiderado”. (CARVAJAL, 2019)

Nesse sentido, Julieta Paredes Carvajal (2019) vai chamar atenção para o fato de não ser mencionado que esse paradigma se cria na verdade com a exploração do território de Abya Yala e na usurpação do “trabalho e recursos naturais”, na apropriação das riquezas pela Europa. Por conta desse processo que “a acumulação original de capital e o capitalismo foram possíveis.” (CARVAJAL, 2019, p. 80). A autora vai acrescentar ainda que:

A Europa também foi responsável por significar e se apropriar da palavra modernidade, como um suposto, o melhor estágio de toda a humanidade, considerando o tempo como se fosse uma linha em que a Europa deixa para trás todos os povos e se assume como vanguarda “avançada”. Queremos questionar esse suposto estágio superior euro-ocidental – não é verdade, porque em Kollasuyo, que era a região que hoje é a Bolívia, em 1492, quando esse evento colonizador ocorre, por exemplo, a distribuição administrativa respondia ao poder do Inca, mas também havia autonomia nos territórios dominados e governados pelas autoridades locais, onde havia controle da fome e da saúde pública. Por outro lado, mulheres, nossas avós, participavam da vida política e das campanhas militares autonomamente, enquanto que na Europa essa participação não existia. Todas as mulheres no Kollasuyu possuíam terras, meio tupu ao nascer até morrerem. Se olharmos para a Europa, as mulheres não tinham terra e não participavam autonomamente nem da vida política, nem da militar. Então, quem estava na vanguarda em termos de direitos em 1492? (CARVAJAL, 2019, p. 81)

É importante ressaltar que o “feminismo euro-ocidental”, como colocado pela autora, foi fundamental para a luta das mulheres europeias. Porém, ela reforça que isso não significa que ele se estenda em um modelo universal para compreensão de outras formas de opressões e de luta que foram e são traçadas pelo mundo, que ao tentar forçar isso se está estabelecendo um ato de racismo. E nesse sentido faz a crítica que:

Seu eurocentrismo as leva a imaginar que nos civilizam, que somente elas possuem os conceitos, que nos interpretarão. Que a partir desses centros de poder e imaginários, elas ditarão políticas para as mulheres em nível mundial – bem, graças ao colonialismo e ao imperialismo neoliberal, é isso que elas fazem. Mas isso não significa que, na verdade, elas nos interpretem, nem quer dizer que seus conceitos esgotem o significado do que somos nós, as indígenas de Abya Yala. (CARVAJAL, 2019, p. 81)

Nesse sentido, situar as pautas feministas a partir do território se faz ponto fundamental para a proposta do feminismo comunitário, que leva em conta aspectos estruturais em suas análises e reivindicações. E a autora é enfática quando coloca que é com a exploração do nosso território - “trabalho e riquezas naturais” - que os países do norte mantêm suas regalias, estando incluídas neste processo, nas palavras da autora: “as mulheres da classe média e da burguesia,⁹ feministas automeadas, que vivem privilégios às custas de nosso trabalho como mulheres no sul, além de também o trabalho dos homens de nossos povos”. (CARVAJAL, 2019, p. 81)

Assim, embora se reconheça a origem da terminologia “feminismo” como advinda do ocidente e carregada de todas as significações eurocêntricas que se estabelecem a partir da colonização, o feminismo comunitário se propõe a disputar esse campo semântico trazendo suas reivindicações e análises para o debate, não se furtando de denunciar a colonização da linguagem e ressignificando o feminismo a partir de suas vivências ancestrais e demandas.

9 As mulheres latino-americanas da classe média e burguesas também se beneficiam com a exploração das mulheres trabalhadoras, mesmo que se diferenciando das europeias na localidade, carregam heranças coloniais de classe. (CARVAJAL, 2019)

1.3. A perspectiva do feminismo afro-latino-americano

O intuito é apresentar neste ponto as contribuições da brasileira Lélia Gonzalez, em particular as apresentadas no texto “Por um feminismo afro-latino-americano” escrito em 1988 (2020)¹⁰ para pensar a realidade social latino-americana e sua defesa ao reivindicar um feminismo afro-latino-americano.

Lélia Gonzalez, mulher negra, penúltima filha de 18 irmãos, nasceu em Belo Horizonte/Minas Gerais em 1935, filha de um ferroviário negro e de uma empregada doméstica indígena, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1942 com a família, pois seu irmão Jaime de Almeida foi contratado como jogador do clube de futebol do Flamengo. Na capital carioca, trabalhou como babá e posteriormente ingressou na universidade, graduando-se em história e filosofia, fez mestrado em comunicação social e doutorado, em São Paulo, em antropologia política e social. Foi professora da rede pública e universitária. Tendo em sua trajetória uma ativa militância política na luta contra o racismo estrutural e na articulação entre gênero, raça e classe, participou e construiu diversos movimentos negros populares. Faleceu aos 57 anos no Rio de Janeiro, vítima de uma parada cardíaca, em 1994. Deixando em seu legado contribuições fundamentais para entender a realidade social brasileira e latino-americana.¹¹

Reivindicando-se enquanto feminista, a autora apresenta reflexões sobre as contradições de um feminismo latino-americano, que ao levantar o debate sobre a situação da mulher no continente não leva em consideração, nas discussões, a dimensão racial. Assim, dentro deste movimento, as mulheres negras e indígenas são excluídas.

A autora reconhece a “teoria e prática” do feminismo como fundamentais para o avanço das “lutas e conquistas” das mulheres, pois, ao levantar as pautas e demandas feministas, por um lado colaboram para a organização coletiva das mulheres, e por outro apresentam uma demanda para construção de uma outra forma de ser mulher na sociedade.

10 Publicado originalmente em espanhol, com o título “Por un feminismo afrolatinoamericano”, em Isis Internacional - Mujeres por un desarrollo alternativo, Santiago, v.9, pp.133-41, jun.1988. (Mujeres, crisis y movimiento: América Latina y el Caribe).

11 Para ter mais informações sobre a biografia da autora acessar: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/?gclid=Cj0KCQjw6ZOIBhDdARIsAMf8YyE0rqoNFw4-M1LLWiv5ZVUmc_Yo_yiJl1Gk9Hj0e-CwyHEV7F5WrN8aAvidEALw_wcB> acesso em: 31 de jul de 2021.

Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), ele [o feminismo] revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de importância crucial para a direção de nossas lutas como movimento. Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou um debate público no qual emergiu a tematização de questões completamente novas - sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc. -, revelando sua articulação com as relações tradicionais de dominação/submissão. Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por homossexuais de ambos os sexos, discriminados por sua orientação sexual. O extremismo estabelecido pelo feminismo tornou irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças a sua produção teórica e à sua ação como movimento, o mundo não é mais o mesmo. (GONZALEZ, 2020, p. 140)

Embora reconhecendo a importância do feminismo e dos avanços frutos das discussões e questionamentos sobre a discriminação com base na orientação sexual, Lélia Gonzalez vai chamar atenção para o fato de não ter tido essa mesma atenção com relação a discriminação racial.

Considerando que “tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação”, Lélia Gonzalez vai caracterizar o “esquecimento” da dimensão racial como “racismo por omissão” que está fundamentado em uma “visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista”. (GONZALEZ, 2020, p. 141)

Assim, ao negligenciar o debate sobre a realidade “multicultural e pluricultural” da região, invisibilizando a questão racial nas análises, o movimento feminista além de perder força, encarna um discurso universalizante que, segundo a autora, é “típico de um discurso masculinizante e branco”.

Lélia Gonzalez vai acrescentar que essa prática do “esquecimento” da questão racial nas análises sociais, não é uma característica que se encontra somente no movimento feminista latino-americano, mas faz parte de um projeto de sociedade hierárquico que se estabelece na região com a colonização.

Para entendimento deste processo, Lélia Gonzalez (2020) apresenta uma contextualização histórica dos países que sofreram com o processo de colonização ibérica. Nele, recapitula a própria construção da Espanha e Portugal enquanto sociedade, destacando que a longa guerra contra os mouros se configurou para além da dimensão religiosa, estando presente a questão racial, que desempenhou “um papel ideológico nas lutas da Reconquista”. Outro ponto destacado sobre as

sociedades ibéricas foi a construção de uma base fortemente hierarquizada, na qual não era permitido nenhuma manifestação de diversidade étnica.

[...] os mouros invasores eram predominantemente negros. Além disso, as duas últimas dinastias de seu império - a dos almorávidas e a dos almóadas - vieram da África Ocidental. Com base no exposto, gostaríamos de dizer que os espanhóis e portugueses adquiriram sólida experiência em relação à maneira de articular as relações raciais.

[...] as sociedades ibéricas foram estruturadas de maneira altamente hierárquica, com muitas camadas sociais diferentes e complementares. A força da hierarquia era tal que ficava explícita nas formas nominais de tratamento, transformadas em lei pelo rei de Portugal e da Espanha em 1597. Não é preciso dizer que, nesse tipo de estrutura, onde tudo e todos têm lugar certo, não há espaço para igualdade, especialmente para diferentes grupos étnicos, como os mouros e judeus, sujeitos a um controle social e político violento. (GONZALEZ, 2020, p. 143)

O formato da sociedade hierárquica ibérica é imposto às sociedades latino-americanas, de modo que essa hierarquia se manifesta e se estrutura mantendo “a superioridade dos brancos como grupo dominante”. Se configurando como “a ideologia do branqueamento”, sendo reproduzida nos diversos mecanismos de difusão de massa, com o objetivo de disseminar uma ideia “de que as classificações e valores universais da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais.” (GONZALEZ, 2020, p. 143)

É dentro dessa lógica, de intensa desigualdade racial, que há a articulação da desigualdade sexual, onde as mulheres não brancas sofrem uma dupla discriminação (racial e sexual) e na medida em que se analisa que são essas mesmas mulheres - “amefricanas e ameríndias”- colocadas como segmento social subalterno que compõem a maior parte do proletariado, do “capitalismo patriarcal-racista”, essa discriminação se triplica.

A autora coloca que a consciência da opressão sofrida por mulheres “amefricanas e ameríndias” do continente se dá primeiramente com relação à raça. Assim, as opressões estruturais ligadas a raça e classe se tornam ponto comum da luta de homens e mulheres constituintes de um “grupo étnico subordinado”, de modo que a presença de mulheres afro-americanas e indígenas se torna significativa nos movimentos de luta étnicos populares, o que se dá também por uma preocupação com a segurança do núcleo familiar.

Ao caracterizar diferentes modalidades de participação¹², ela aponta para três aspectos dentro do movimento, diferenciados por uma expressão: popular, político-partidário e feminista. E é precisamente no popular que encontraremos maior participação de mulheres afro-americanas e ameríndias que, preocupadas com o problema da sobrevivência familiar, procuram se organizar coletivamente; por outro lado, sua presença sobretudo no mercado informal de trabalho as remete a novas demandas. Dada a sua posição, articulada com a discriminação racial e sexual, são elas que sofrem mais brutalmente os efeitos da crise. (GONZALEZ, 2020, p. 146)

É na participação dos movimentos étnicos, que se tem a consciência da discriminação sexual, na qual os homens do movimento acabam por reproduzir as ações sexistas do patriarcado na tentativa de afastar as mulheres das tomadas de decisão do movimento.

Nesse contexto, se tenta estabelecer uma relação com o movimento feminista, porém, o que se encontra é justamente um apagamento da dimensão racial nas práticas e teorias. Fazendo com que a estratégia, em termos do movimento de mulheres, seja a organização em grupos étnicos.

Por fim, Lélia Gonzalez vai ressaltar que a organização do movimento de mulheres em grupos étnicos, tanto das mulheres amefricanas quanto das ameríndias, foi uma ação necessária dentro do contexto histórico do continente.

“não é difícil entender que nossa alternativa, em termos de movimento de mulheres, foi nos organizarmos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (e vice-versa, obviamente). No Brasil, já em 1975, por ocasião do encontro histórico das latinas, que marcaria o início do movimento de mulheres no Rio de Janeiro, as mulheres amefricanas estavam presentes e distribuíram um manifesto que evidenciava a exploração econômica-racial sexual e o conseqüente tratamento “degradante, sujo e sem respeito” do qual somos objetos. Seu conteúdo não difere muito do Manifesto da Mulher Negra Peruana no Dia Internacional da Mulher de 1987, assinado por duas organizações do movimento negro desse país: Linha de Ação Feminina do Instituto de Investigações Afro-Peruanas e Grupo de Mulheres do Movimento Negro Francisco Congo. [...] observa-se que a situação das amefricanas em dois países é praticamente a mesma sob todos os pontos de vista.” (GONZALEZ, 2020, p. 148)

O que Lélia Gonzalez está propondo é um feminismo inclusivo que esteja disposto a ser amplo e diverso como é a realidade social do continente. Assim,

12 Nesse ponto, a autora utiliza como referência Virginia Vargas em “Feminismo y movimiento social de mujeres” (sem data).

parafrazeando Jenny Bourne (apud GONZALEZ, 2020): “que tenha no antirracismo seus princípios fundamentais”.

Lélia Gonzalez, deixou para o feminismo latino-americano contribuições valiosas para compreender a realidade das mulheres amefricanas e ameríndias do continente, mas não só, deixou também trabalhos importantes para entender a realidade social mais ampla, o racismo estrutural e a importância de se atuar na teoria e prática dos movimentos sociais, e também de disputar as epistemologias dominantes dentro das produções científicas.

A autora também desenvolve conceitos como: “Pretuguês” e “América Ladina” que disputam novas narrativas para compreensão da realidade brasileira e latino-Americana. Por ter deixado contribuições inestimáveis para a produção científica e para os movimentos populares, Lélia Gonzalez é reconhecida internacionalmente por tais feitos, sendo homenageada por diversas organizações, como é o caso de um dos prédios da Organização das Nações Unidas (ONU), inaugurado em 2015, em Brasília, que leva seu nome. Não poderia deixar de citar também os diversos memoriais que registram sua importância na contemporaneidade.¹³

Considerações Finais

As referências apresentadas neste trabalho evidenciam como os reflexos da colonização se estendem na realidade social latino-americana ainda presentes na contemporaneidade, em especial na vida das mulheres e dos movimentos feministas, que foram o foco deste trabalho.

As autoras, mesmo fazendo diferentes análises, partem de um ponto em comum: a crítica a um ideal de mulher construído com bases eurocêntricas. Maria Lugones (2014), com a proposta de análise a partir do “colonialismo de gênero”, Julieta Paredes Carvajal (2019), apontando uma perspectiva desde as mulheres originárias, e Lélia Gonzalez (2020), reivindicando um feminismo que reconheça a intersecção entre gênero, raça e classe, presente na realidade das mulheres latino-americanas, em especial das amefricanas e ameríndias.

Assim, reivindicam uma perspectiva que tenha como princípio a realidade social das mulheres da América Latina em sua diversidade e pluralidade cultural, não esquecendo as crueldades da colonização e sua extensão na atualidade.

13 Para saber mais: <<http://www.projetomemoria.art.br/leliaGonzalez/>> acesso em 08 de set de 2021.

Partindo de uma construção crítica do processo histórico do continente e trazendo aspectos fundamentais para entender a cultura popular latino-americana.

Este artigo se propôs a trazer uma abordagem dos feminismos latino-americanos através de autoras latino-americanas que estão questionando um conhecimento que “se diz universal”, mas que na realidade está localizado epistemologicamente no Norte global. Assim, tem o objetivo também de fazer circular as produções sobre os feminismos latino-americanos e, por que não, da realidade social latino-americana.

Acredito que a revisão bibliográfica das análises dessas autoras e do tema pode constituir uma contribuição importante às ciências sociais e humanas, na medida em que busca aperfeiçoar a análise das construções sociais sob uma perspectiva que vai além de uma visão construída historicamente com bases eurocêntricas, hegemônica nas ciências, e propõe novos paradigmas e intersecções desde América Latina.

Um olhar verdadeiramente diverso sobre a história e a estrutura social alimenta o desenvolvimento de uma ciência plural e crítica, que assume o papel não só de contribuir com a democracia, mas de se aproximar cada vez mais da realidade social concreta do nosso continente.

Referências Bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/view/141>> Acesso em: 19 de jul de 2021

CARVAJAL, Julieta Paredes. Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário. Revista Epistemologias do Sul, v.3, n.1, p.74-87, 2019. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2470/2136>> acesso em: 25 de jul de 2021.

EVARISTO, Conceição. "Poemas da recordação e outros movimentos". Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "Verbetes 'Abya Yala'". Portal da Enciclopédia Latino Americana, sem informação de ano. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>> Acesso em: 29 de jun de 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In Rios F. Lima, M. (orgs). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala - Semiótica da descolonização. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 501-531, maio/ago. 2014.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22 , n. 3,p. 935-952, set/dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>> acesso em 01 jul. 2021.

OLIVEIRA, Maria Fernanda. Palestra: Epistemologia do pensamento negro feminino na perspectiva de Patrícia Hill Collins e Lélia Gonzalez. Realização: Grupo de Estudos - Descolonizando mentes femininas. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ohVZUz937hs&t=41s>> acesso em: 12 de jul de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> acesso em: 01 de jul de 2021.

QUENTAL, Pedro de Araújo. A Latinidade do conceito de América Latina. GEOgraphia, v. 14 n. 27, 2012. Disponível em: Acesso em: 01 de julho de 2021.